

# CAPITALISMO E EDUCAÇÃO

Lucyelle Cristina Pasqualotto<sup>1</sup>

## *Resumo*

*O referente artigo procura analisar a relação capitalismo e educação, discorrendo sobre o processo educacional como mediação, bem como, a análise da contradição enquanto elemento do movimento histórico. Para tanto, o referencial teórico se constitui, fundamentalmente, na leitura histórica do processo educacional, cuja base está na concepção materialista histórica. Busca-se uma fundamentação histórica, tomando como pressuposto que a educação e, mais especificamente a educação escolar, vem sendo organizada e modificada ao longo da história. Tais elementos permitem compreender o processo produtivo capitalista e sua relação com a educação, servindo de instrumento norteador para a análise das diferentes propostas educacionais frente às transformações no modo de produção capitalista.*

***Palavras-chave:*** Capitalismo, Educação, História

O presente artigo tem como objeto de estudo a educação numa abordagem histórica. Como forma de exposição, fora organizado de maneira a apresentar os elementos fundamentais para analisar o tema proposto que se constitui, primeiramente, na compreensão do processo educacional como mediação, bem como, na análise da contradição enquanto elemento do movimento histórico. Ao expor esses momentos fundamentais, procuramos evidenciar as diferentes propostas educacionais frente às transformações no modo de produção, ressaltando como a educação escolar vem sendo, historicamente, organizada para atender a sociedade capitalista, inerentemente excludente e contraditória

Ao pensarmos em educação, devemos, primeiramente

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá-UEM. Membro Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil/GT Oeste do Paraná - HISTEDOPR. Docente do Curso de Pedagogia, Unioeste – Campus de Francisco Beltrão. Rua Maringá, nº 1200, Vila Nova. Francisco Beltrão- Pr.

compreender que ela não se explica por si mesma, mas pelas transformações materiais que ocorrem na sociedade. Partimos do pressuposto de que a explicação do porque, do como e do que se ensina depende da época e do lugar em que ocorre o processo educativo. As necessidades educativas são determinadas pelas relações que os indivíduos estabelecem entre si e com a natureza para produzirem a sua existência.

Para discutir o objeto de estudo que propomos, devemos contextualizar a educação no momento histórico em que esta se insere, visando demonstrar que o movimento social que a engendra é mediado por um processo histórico.

Como ponto de partida consideramos o fenômeno social, ou seja, a realidade existente em um determinado momento histórico. Segundo Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã* (1986), deve-se levar em consideração a forma pela qual a sociedade se organiza para a produção social de bens, pois é o modo de produção da vida material que condiciona o processo da vida social, política, religiosa e jurídica.

As categorias de análise exprimem condições existenciais determinadas, que se revelam na compreensão da dinamicidade da sociedade, partindo de uma análise materialista histórica, cujas categorias permitem, segundo Paulo Netto (1998, p. 54) a “reprodução ideal do movimento real da sociabilidade”. A leitura histórica do processo educacional implica em reconstruir, através de ferramentas conceituais apropriadas, as relações reais que caracterizam como um fenômeno concreto no contexto da sociedade capitalista, considerando a totalidade de relações e de múltiplas determinações.

Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista* (1998), contribuíram para compreendermos que toda a história da humanidade até hoje, é a história da luta de classes, que todas as lutas políticas, giram em torno do poder social e político de determinadas classes sociais.

O homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e oficial, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada, uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das suas classes em luta. (Marx e Engels, 1998, p. 7)

O desenvolvimento da história se dá pelo antagonismo entre

as classes sociais de cada época histórica. Foi assim na sociedade escravista baseada na relação entre senhores de escravos e escravos; bem como, na sociedade feudal em que estava sustentada pela relação servil entre senhores feudais e servos. A sociedade capitalista, a qual Marx e Engels (1986) tomaram como objeto de estudo, é caracterizada pelo acirramento desses antagonismos, decorrente da divisão social propiciada pela apropriação dos meios de produção por um grupo de pessoas e, outro grupo expropriado, possuindo apenas seu corpo e capacidade de trabalho.

Essa concepção da história tem como pressuposto a análise do modo de produção material, isto é, o modo pelo qual o homem se adapta à natureza e a transforma pelo trabalho e as relações sociais decorrentes desse movimento, considerando-o como sendo a base para o entendimento da diversidade das sociedades e suas interações, bem como de sua dinamicidade histórica. A análise dos modos de produção deve se basear em estudos referentes às forças produtivas materiais disponíveis a uma determinada sociedade. Devemos levar em conta que esse processo real de produção, é o que determina os diferentes produtos teóricos e formas de consciência, religião, filosofia, moralidade, bem como, a educação. Como expõem Marx e Engels (1986, p. 55-56),

Esta concepção de história consiste, pois, em expor o processo de produção, partindo da produção material da vida imediata; e em conceber a forma de intercâmbio conectada a este modo de produção e por ele engendrada (ou seja, a sociedade civil em suas diferentes fases) como o fundamento de toda a história, apresentando-a em sua ação enquanto Estado e explicando a partir dela o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. – assim como em seguir seu processo de nascimento a partir desses pressupostos; o que permite então, naturalmente, expor a coisa em sua totalidade (e também, por isso mesmo, examinar a ação recíproca entre estes diferentes aspectos). Não se trata, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer sempre sobre o *solo* da história real; não de explicar a práxis a partir da idéia, mas de explicar as formações ideológicas a partir da práxis material (...).

A partir desse pressuposto, ao analisar a educação, faz-se necessário compreendermos primeiramente as condições reais da sociedade de que se trata, considerando a totalidade das relações

sociais de produção. A abordagem histórica implica na articulação do singular com o universal, o que significa o empenho em encontrar a mediação entre o internacional, o nacional e o local. Torna-se possível tratar da análise do singular desde que se conserve uma perspectiva ampla de sociedade, do processo social e de história.

Não podemos reduzir o fenômeno educacional à questão escolar, pois o desempenho de tal função não depende necessariamente da escola. Nem sempre existiu o ensino formal e sistematizado. No entanto, os povos primitivos educaram, transmitiram às futuras gerações as novas técnicas, os comportamentos e valores necessários à preservação de sua existência diante do pouco domínio que tinha da natureza. Preparar o indivíduo para viver socialmente consiste num processo educativo que outras instituições sociais, como a família, as associações civis, políticas e religiosas, podem desempenhar. A escola como conhecemos, é uma criação da nossa sociedade e consiste apenas em um dos instrumentos pelo qual o processo educativo se concretiza.

Partindo da definição exposta, podemos constatar que a educação não é absoluta. Tem a ver com as condições históricas, sociais, culturais e econômicas, com a totalidade social existente a cada momento. Neste sentido, podemos considerá-la um processo, que se refere ao modo como se configura o homem em toda sua realidade social, cultural e econômica. Assim, sendo algo concreto ela é “uma síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade” (Marx, 1983, p.218).

A educação não é algo abstrato, uma entidade isolada, autônoma, absoluta, válida da mesma forma para todos em todas as épocas. Ela é determinada historicamente e tem sua parcela de determinação. Por isso, não se pode atribuir-lhe a responsabilidade absoluta pela totalidade das relações sociais, pelo progresso, pelo desenvolvimento, pela redenção da sociedade, pois ela é uma parte do todo existente.

É importante ressaltar que a educação praticamente coincide com a própria existência humana. Em outros termos, as origens da educação se confundem com as origens do próprio homem. Saviani (1994, p. 152), expõe que,

À medida que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado para existir, a produzir sua própria vida é que ele se constitui propriamente enquanto homem. Em outros termos, diferentemente dos animais, que se adaptam a natureza, os homens

têm que fazer o contrário: eles adaptam a natureza a si. O ato de agir sobre a natureza, adaptando-a as necessidades humanas, é o que conhecemos pelo nome de trabalho. Por isso podemos dizer que o trabalho define a essência humana.

O homem, para continuar existindo, precisa estar continuamente produzindo sua própria existência através do trabalho. Marx e Engels (1986) consideram que o processo real de produção não é apenas a produção material da vida em si mesma, mas é o conjunto complexo de relações mútuas e dependentes entre natureza, trabalho social e organização social.

Podemos afirmar que a educação se constitui de maneira diferenciada a cada momento histórico existente, determinada pelo modo como os homens produzem e reproduzem seus meios de vida. Portanto, o modo de produção da vida material determina como deve ser a educação, a fim de contribuir para a reprodução das relações existentes. Constatamos, com isto, que tanto na comunidade primitiva, como na Antiguidade e na Idade Média a educação desenvolvia suas atribuições de acordo com o modo de produção existente, ou seja, com as condições ali determinadas.

Inicialmente, na comunidade primitiva, a educação era uma função espontânea da sociedade em conjunto, ou seja, os homens produziam sua existência em comum, num modo de produção comunal, e dessa forma se educavam e educavam as novas gerações. Este conceito de educação correspondia à maneira como se produzia a subsistência, adequada para a comunidade primitiva, onde tudo era feito em comum. Porém, à medida que essa comunidade, lentamente, se transforma numa sociedade dividida em classes, a educação deixa de ter esse caráter espontâneo que se efetiva inteiramente com o próprio processo de trabalho e, começa a ser atrelada aos interesses de classe.

O aparecimento das classes sociais se dá na medida em que o homem se fixa a terra, que era o principal meio de produção, surgindo a propriedade privada. Esta apropriação privada da terra ocorre diferentemente entre os homens, os grupos, dividindo-os em classes. Temos na Antiguidade a propriedade da terra, estabelecendo a classe dos proprietários e a classe dos não proprietários, que assume o encargo de manter a si próprio e aos senhores que detinham a terra, enquanto escravos. É a partir do advento da sociedade de classes, com o aparecimento de uma classe que não precisava trabalhar para viver, que surge uma educação diferenciada. Enquanto a classe

dominante, a dos proprietários, tinha uma educação que se dava na escola; a educação da maioria se dava no próprio trabalho.

Na Idade Média, apesar da terra continuar a ser o meio de produção dominante, de base agrícola, a forma de trabalho se diferencia na medida em que se processa a substituição do trabalho escravo pelo trabalho servil, baseado no modo de produção feudal. Neste momento, a Igreja Católica que estava amplamente interligada ao Estado, destinava a educação da classe dominante às escolas paroquiais, catedráticas e monacais. Enquanto a grande maioria continuava se educando pelo trabalho, no processo de produzir a própria existência e de seus senhores.

Podemos empreender que é no seio dos antagonismos, das contradições da própria sociedade capitalista que se processa a luta de classe e, assim, se processa o movimento da história. Em outros termos, o novo surge no seio do que está se desintegrando, ou seja, do velho, devido às condições concretas que possibilitam esse processo de transformação. A passagem do sistema feudal para o sistema capitalista se concretizou devido às condições materiais existentes naquele momento histórico.

(...) o desenvolvimento das atividades artesanais, fortalecendo as corporações de ofícios, aliado ao grau de acumulação que a economia feudal pode desenvolver, possibilitou o crescimento de uma atividade mercantil que não origem da constituição do capital. Esta atividade mercantil foi se concentrando nas cidades, primeiro organizadas periodicamente na forma de feiras de trocas, de grandes mercados de trocas. Esses mercados foram se fixando dando origem às cidades. A origem do burguês é o habitante do burgo, ou seja, o habitante da cidade. Através do comércio, ele foi acumulando capital que, em seguida, passou a ser investido na própria produção, originando assim a indústria. Estes processos de transformação conduziram ao deslocamento do eixo do processo produtivo do campo para a cidade, da agricultura para a indústria. Temos, então, a partir deste processo, a constituição de um novo modo de produção que é o capitalismo ou burguês, ou modo de produção moderno. (Saviani, 1994, p. 154)

Esta sociedade contratual, baseada nas relações formais, centrada na cidade e na indústria, rompe com as relações naturais que prevaleciam até a Idade Média, trazendo a exigência da generalização da escola. Momento correspondente ao período entre os séculos XVII e XVIII, marcado pela transição do feudalismo ao

capitalismo da manufatura.

A antiga classe governante de proprietários rurais, gradativamente cedeu espaço à burguesia nascente, que procurou legitimar seu domínio respaldada pelos ideais seculares e racionais de democracia, igualdade, justiça, liberdade, que subvertem as concepções políticas do século XVII e XVIII, pelo próprio processo de mudança do modo de produção feudal para o sistema capitalista, baseado no desenvolvimento da indústria.

Neste momento o pensamento liberal opunha-se ao absolutismo real, aspirando por um governo constitucional, pela liberdade civil e religiosa e pela não intervenção do Estado na economia, em plena fase do capitalismo competitivo ou concorrencial, integrado dentro de limites nacionais com suas respectivas burguesias locais. Trata-se de uma forma de produção capitalista que se estende até o fim do século XIX e se caracteriza por coexistirem, em cada um dos ramos da produção industrial, inúmeros empresários individuais, cada um competindo livremente com os demais, na conquista do mercado, regulada por indicadores mercadológicos, mantendo uma reprodução relativamente modesta do capital.

A característica principal da organização do trabalho na manufatura é a divisão do trabalho através da decomposição do processo produtivo em uma seqüência de operações parcelares. Nesse sentido, Marx (1984a) ao expor sobre a divisão do trabalho na manufatura, revela que o processo de trabalho do artesão foi sendo paulatinamente dividido e subdividido em partes individuais e, então, cada parte isolada foi distribuída de modo a ser executada em série por um conjunto articulado de trabalhadores parcelados.

É, sobretudo, em meados do século XVIII, quando se processa a transição da manufatura para a grande indústria, referente à Primeira Revolução Industrial, na Inglaterra, que ocorre a emergência da extensão dos serviços escolares. Saviani (1994, p.164), expõe sobre esse momento histórico.

O advento da indústria moderna conduziu a uma crescente simplificação dos ofícios, com a conseqüente redução (tendente à supressão) da qualificação específica. Isso foi possível pela incorporação da ciência à produção, a qual propiciou a introdução da maquinaria que passou a executar a maior parte das funções manuais. Ora, a maquinaria não é outra coisa senão trabalho intelectual materializado, dando visibilidade ao processo de conversão da ciência, potência espiritual, em potência material.

Tal processo ganhou nitidez com a chamada “Revolução Industrial” que data do final do século XVIII e a primeira metade do século XIX. O fenômeno da objetivação e simplificação do trabalho coincide, pois, com o processo de transferência para as máquinas das funções próprias do trabalho manual. Assim, os ingredientes intelectuais antes indissociáveis do trabalho manual humano, como ocorria no artesanato, dele se destacam, indo incorporar-se as máquinas, o que viabiliza a mecanização das operações manuais, sejam elas executadas pelas próprias máquinas ou pelos homens, os quais passam a operar manualmente como sucedâneos das máquinas, não necessitando, nessa condição, de fazer intervir as suas faculdades intelectuais.

No que se refere ao advento da indústria moderna com a introdução da maquinaria na produção, Marx (1984b) demonstra que esse processo simplifica a força de trabalho, o que resulta no seu barateamento, tornando necessário que os filhos e as mulheres dos trabalhadores fossem subjugados ao trabalho industrial, a fim de conseguirem manter a sobrevivência da família.

(...) a indústria moderna elimina tecnicamente a divisão manufatureira do trabalho, na qual um ser humano com todas as suas faculdades e por toda a vida fica prisioneiro de uma tarefa parcial. Mas, ao mesmo tempo, a forma capitalista da indústria moderna reproduz aquela divisão de trabalho de maneira ainda mais monstruosa, na fábrica propriamente dita, transformando o trabalhador no acessório consciente de uma máquina parcial; e, fora da fábrica, por toda parte, com o emprego esporádico das máquinas e dos trabalhadores de máquinas, e com a introdução do trabalho das mulheres, das crianças e dos trabalhadores sem habilitação, que servem de nova base à divisão do trabalho. (Marx, 1984b, p. 555)

Marx (1984b) revela que a introdução da máquina substitui essa parte manual do trabalho do homem, não mais requerendo desenvolver as habilidades anteriormente enfatizadas. Ao encarregar-se de parte das tarefas, simplifica e ao mesmo tempo desqualifica o trabalhador e seu posto de trabalho. Resultado da eliminação de decisão no processo produtivo. O trabalho, nesse sentido, apesar de ser simplificado com a introdução da maquinaria, transforma-se cada vez mais numa tarefa complexa, abstrata ao trabalhador, uma vez que ele perde totalmente o controle do processo de produção e sua organização, que são impostos pelo modelo que

melhor resultado oferece ao capitalista – maior produtividade em menor tempo.

Utiliza-se a maquinaria para transformar o trabalhador, desde a infância, em parte de uma máquina parcial.(...) Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, serve a máquina. Naqueles, procede dele o movimento do instrumental de trabalho; nesta, tem de acompanhar o movimento do instrumental. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de mecanismo morto que existe independentes deles. (Marx, 1984b, 0p. 482-483)

Engels, em sua obra *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra* (1985), contribui para compreendermos essa questão, relatando sobre o desenvolvimento da classe trabalhadora na Inglaterra, que começa a surgir na segunda metade do século XVIII, com a introdução da maquinaria.

(...) o trabalhador é, de direito e de facto, o escravo da classe possuidora, da burguesia; a sua escravidão é tal que chega a ponto de ser vendido como uma mercadoria e de seu preço subir e descer tal como o de uma mercadoria. Se a procura de trabalhadores aumenta, o seu preço sobe; diminui-se, o seu preço baixa. (...) A única diferença em relação à antiga escravatura, praticada abertamente, está em que o trabalhador actual parece ser livre, porque não é vendido definitivamente mas pouco a pouco, diariamente, semanalmente, anualmente e porque não é um proprietário que o vende a outro, mas é ele próprio que é obrigado a vender-se desta maneira; porque não é escravo de um só proprietário mas de toda a classe possuidora.(Engels, 1985, p. 117-118)

Esse estudo, minucioso e com caráter de denúncia, expõe as condições de vida dos proletários, resultado da exploração do trabalho industrial capitalista, denunciando o tipo de homem, sua situação física, intelectual e moral.

Nesse contexto, em decorrência da valorização da força de trabalho infantil, promove-se a liberação de um grande número de crianças do serviço fabril, tornando-as desocupadas. Esta situação, leva a escola a ser reorganizada, considerando-a como uma alternativa para preencher o tempo livre do jovem trabalhador.

A partir de então, sente-se à necessidade de tomar medidas precisas, a fim de formar o *exército industrial de reserva*, ou seja, os

filhos dos trabalhadores, tendo como objetivo prepará-los para viver num contexto urbano e industrial de trabalho. A proposta burguesa clássica da escola *pública, universal, laica, obrigatória e gratuita*, ganhou novas forças na luta pelo direito da *educação para todos*. A escola passa a ser concebida como um instrumento para fornecer aos indivíduos os elementos necessários à sociedade industrial.

Assim, a introdução da maquinaria eliminou a exigência de qualificação específica, mas impôs um patamar mínimo de qualificação geral, equacionado no currículo da escola primária. Preenchido esse requisito, os trabalhadores estavam em condições de conviver com as máquinas, operando-as sem maiores dificuldades. (Saviani, 1994, p. 162)

Alves (1998, p. 46), nos revela como a proposta educacional de Comênio (Tcheco-Eslováquia, 1592-1670) - pastor protestante da Morávia -, expressa sua adesão à divisão do trabalho, elemento distintivo da manufatura, a partir da defesa da extensão dos serviços escolares.

As suas propostas procuravam solucionar os entraves que condicionavam economicamente e que poderiam comprometer a expansão escolar, concebendo ser necessário à queda dos custos da escola pública como condição de sua universalização. O professor, na sua concepção, deveria prever uma organização para a atividade do ensino, no interior da escola, em consonância à ordem vigente das manufaturas, de forma controlada, intencional, visando produzir com economia de tempo, de fadiga e de recursos. A partir dessa premissa propõe, então, que o manual didático poderia se constituir e possibilitar a queda dos custos da instrução pública.

Além dessa proposta, temos o ensino mútuo ou monitorial que tem origem na Inglaterra e a proposta educacional de Condorcet, todas expressando a defesa da extensão dos serviços escolares.

A solução encontrada por Andrew Bell e Joseph Lancaster através do ensino mútuo, para as limitações que cerceavam e dificultavam a extensão dos serviços escolares - que se apresentavam na falta de professores em número suficiente e nos custos da instrução, estava na busca da racionalização dos custos e ao mesmo tempo expandir o acesso escolar. O que propõe o método do ensino mútuo quando enfatiza sobre a necessidade do barateamento da escola para que se pudesse viabilizar a sua universalização. Segundo Manacorda (1989), o ensino mútuo é um sistema destinado a diminuir as despesas

da instrução, a abreviar o trabalho do mestre e a acelerar os progressos do aluno. Isto é, um sistema de técnicas e meios mais racionalizados e econômicos para oferecer a instrução elementar às classes inferiores.

Concomitante a esse processo, verifica-se no contexto da França revolucionária, Condorcet (1993) e outros teóricos da época em defesa da *educação para todos*. Estreitamente ligado à bandeira da universalização da educação, preocupou-se com a formação das diferentes classes sociais, considerando a possibilidade da criação de escolas diferenciadas para atender a cada classe, conforme as suas condições de vida, de modo a possibilitar-lhe desempenhar bem suas funções e seus deveres sociais. Uma escola onde os filhos dos trabalhadores aprendessem uma profissão e outra, onde os filhos dos dirigentes da sociedade receberiam uma formação científico-humanística.

Podemos empreender a análise de que enquanto Comênio no século XVII representava o momento de transição do capital mercantil para o capital produtivo, baseado na manufatura; a proposta educacional de Bell e Lancaster com o ensino mútuo, bem como de Condorcet expressa o momento em que se processa um novo patamar do sistema capitalista. Momento este, marcado pela consolidação da grande indústria que tem em vista o mercado mundial, fundamentado na livre concorrência. Ambas representam propostas educacionais adequadas às condições vigentes da época. Nessa perspectiva, a organização das escolas e dos processos educativos correspondia à organização do processo produtivo.

É somente a partir do final do século XIX, em que se processa a formação do capitalismo em sua nova fase - a fase monopolista, resultado das próprias condições de expansão do capital, que através dos mecanismos de concentração e centralização, fez surgir e, por fim, consolidou as grandes corporações e seu domínio sobre uma parte substancial dos mais importantes setores da produção industrial - que o Estado, enquanto intermediário dos interesses da classe burguesa, começa a produzir um discurso educacional em defesa da escola pública. Segundo Saviani (1994, p. 156),

Se se trata de uma sociedade baseada na cidade e na indústria, se a cidade é algo construído, artificial, não mais algo natural, isto vai implicar que esta sociedade organizada a base do direito positivo também vai trazer consigo a necessidade de generalização da escrita. Até a Idade Média, a escrita era algo secundário e subordinado a formas de produção que não implicavam o domínio da escrita. Na

época moderna, a incorporação da ciência ao processo produtivo envolve a exigência da disseminação dos códigos formais, do código da escrita.

A partir do final do século XVIII, inicia-se a formação dos sistemas nacionais de ensino, alicerçada num preceito básico, que define competências e direitos: a educação é direito de todos e dever do Estado. Contudo, é o século XIX se caracteriza pela tentativa de organização dos sistemas de educação, mas também pela diferenciação das instituições escolares, pois ao mesmo tempo em que se organiza, se diferencia. Contradição esta que invade o âmbito escolar, surgindo polarizações entre a formação geral e profissional, o humanismo e as ciências etc.

Somente no final do século XIX que se tem às condições objetivas em que fora produzido tanto a necessidade quanto o discurso da *educação para todos*, como o resultado histórico do processo de consolidação da sociedade capitalista fundamentalmente liberal, apregoada pelos ideais iluministas, em meados do século XVIII. Neste sentido, as discussões geradas em torno da questão educacional predominaram a tendência de realizar a defesa dos princípios que qualificam a nova escola – *pública, universal, laica, obrigatória e gratuita* -, então concebida como o instrumento por excelência para realizar a formação de todos os cidadãos.

Este discurso só se manifesta quando a desigualdade social chega a tal extremo que não pode mais ser negada, pois desde que houve a introdução da máquina no processo produtivo, possibilitou por um lado, um grande aumento da produção e da riqueza social (apropriação privada), e de outro, a miséria gerada pelo grande índice de desemprego decorrente da liberação de muitos trabalhadores da produção.

Xavier (1990), nos ajuda a compreender que ao propiciar formação necessária ao modo de produção capitalista, cumpre seu papel ideológico. Assim, afirma a autora que,

(...) a escola liberal, torna-se, assim, nas sociedades onde domina o modo capitalista de produção, um instrumento ideológico essencial à justificação das relações de produção e à transmissão dos instrumentos de dominação no aprendizado diferencial dos conhecimentos e das técnicas. (Xavier, 1990, p.124).

Essa afirmação nos possibilita analisar que a generalização da

escola está diretamente associada ao caráter do regime político liberal: educar homens livres, cidadãos sujeitos de seus direitos e deveres. Há a necessidade de conciliar interesses, de formar o cidadão, sendo que as mudanças desencadeadas no trabalho com o uso da força mecânica, que vão intensificar os conflitos de classes, o desemprego, a miséria e, desta forma, criar a necessidade do cidadão e, conseqüentemente, de uma educação moral voltada para a formação do mesmo. Nesse sentido, ganha importância, também, uma nova função ideológica da educação, qual seja a de tentar harmonizar os interesses de classes numa sociedade marcada pelo antagonismo das mesmas.

Por essa análise, podemos perceber que as mudanças desencadeadas no trabalho, com o uso da força mecânica engendraram as condições que possibilitaram o acirramento dos conflitos de classe, devido ao desemprego, à miséria e, assim, a necessidade de formar indivíduos que se adaptassem a este contexto. Para tanto, propõe-se a formação do cidadão, com uma instrução voltada para contribuir com a legitimação e manutenção do sistema capitalista.

Alves (1998), contribui para compreendermos que a generalização da escola surge como necessidade histórico-social, em que o próprio sistema capitalista na tentativa de redefinir seus investimentos e lucros, visa a escola como um instrumento econômico e ideológico que contribui para a harmonização social. O Estado democrático e nacional já consolidado, sente a necessidade de via escola, instruir os futuros cidadãos, ou seja, os futuros trabalhadores da indústria ajustados à sociedade em questão.

Todos esses indicativos, portanto, respaldam a produção da necessidade e das premissas referentes à generalização da escola, que só encontra condições de se concretizar a partir do final do século XIX, devido ao impacto do crescimento dos problemas sociais e da organização do proletariado. A partir de então são criadas as condições em que o Estado sente a necessidade de tomar medidas precisas, a fim de formar o *exército industrial de reserva*, ou seja, os filhos dos trabalhadores, tendo como objetivo prepará-los para viver num contexto urbano e industrial de trabalho.

Partindo desse pressuposto, interessa-nos compreender até então, que a produção teórica e material da universalização da educação emerge devido às condições históricas daquele momento, expandindo-se e mantendo-se necessária ao sistema capitalista. Neste

contexto, a defesa da *educação para todos* corresponde à necessidade de adaptar os indivíduos a estas mudanças, universalizando-se o discurso educacional no período.

E se a máquina viabiliza a materialização das funções intelectuais no processo produtivo, a via para se objetivar a generalização das funções intelectuais na sociedade foi a escola. Eis porque foi sob o impacto da revolução industrial que os principais países se entregaram a tarefa de constituir os seus sistemas nacionais de ensino, generalizando, assim, a escola básica. Dir-se-ia, pois, que à Revolução Industrial correspondeu uma Revolução Educacional. Aquela colocou a máquina no centro do processo produtivo; esta erigiu a escola em forma principal e dominante de educação. (Saviani, 1994, p. 163)

A partir dessas premissas, podemos analisar que a educação como vem sendo, historicamente, organizada está para atender ao capital, numa sociedade inerentemente excludente e contraditória. Machado (1991) nos ajuda a compreender que ela não está organizada para unificar, universalizar a educação, mas sim para diferenciar, sempre como uma nova roupagem, o sistema escolar na sociedade capitalista. Com isto, oferece diferentes níveis, modalidades, métodos educacionais, a fim de dar continuidade ao seu elemento diferenciador e, ao mesmo tempo, apregoando o discurso da unificação e universalização da educação.

Discurso este, que em uma sociedade capitalista, onde os meios de produção, inclusive o conhecimento são propriedade privada, quanto muito pode proporcionar uma educação mercantilizada, excludente e diferencial.

A contradição entre as classes marca a questão educacional e o papel da escola. Quando a sociedade capitalista tende a generalizar a escola, esta generalização aparece de forma contraditória, porque a sociedade burguesa preconizou a generalização da educação escolar básica. Sobre esta base comum, ela reconstituiu diferença entre as escolas de elite, destinadas predominantemente a formação intelectual, e a escola para as massas, que se limitam à escolaridade básica ou, na medida que tem prosseguimento, fica restritas a determinadas habilitações profissionais. (Saviani, 1994, p. 159)

Apesar dessa constatação, não podemos deixar de considerar que do próprio movimento contraditório do capital pode-se resultar

um novo devir. As questões tratadas nesse levantamento histórico contribuem para o entendimento de que as propostas educacionais analisadas sobre o discurso de unificação, universalização da educação, expressam de fato o caráter diferenciador da sociedade capitalista, legitimando-o através de sua organização e fins educacionais que atendem aos seus interesses e necessidades. Segundo Machado (1991, p. 5),

O modo de produção capitalista tem experimentado alterações significativas, próprias de sua evolução, permitindo modificações na maneira de reproduzir a força de trabalho. A educação, como componente do processo de formação do trabalhador, é integrante do mecanismo de reprodução da força de trabalho, sendo, portanto, sensível a estas alterações.

Tais elementos nos permitem compreender o processo produtivo capitalista e sua relação com a educação, servindo de instrumento norteador para a análise das diferentes propostas educacionais frente às transformações em curso. No entanto, apesar dessa constatação, não podemos deixar de considerar que do próprio movimento contraditório do capital pode-se resultar um novo devir. Por esta razão, faz-se necessário compreender a educação enquanto um processo, um produto histórico, frente às condições sociais, culturais e econômicas existentes nos diversos momentos em que ela se expressa. Podemos perceber que a educação escolar, ao longo da sociedade capitalista, é chamada a se reorganizar, constantemente. Esse movimento, tende a promover diferentes formas de ensino, adequando-se às demandas que o processo produtivo impõe no bojo das transformações históricas.

## **CAPITALIST AND EDUCATION**

### **Abstract**

*The concerning work intends to analyze the connection between capitalism and education, explaining about the educational process as an intervention, as well, the analyses of the contradiction as element of the historical movement. For this, theoretical reference, constitutes, basically, in the historical reading of the educational process, which basis is in the historical materialist conception. It's sought a historical foundation, taking as presupposition that the education and more specifically the school education, is being organized and modified along the history. These elements allow to understand the capitalist productive process and their relation with the education, being a guide instrument for analyzing the different education proposals in face of the transformation in the process of Capitalist Production .*

**Key Words:** *Capitalist, Education, History*

### **Bibliografia**

- ALVES, Gilberto Luiz. **A Produção da Escola Pública Contemporânea**. Campinas: UNICAMP, 1998. (Tese, Doutorado).
- CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat. **Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano**. Trad. De Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Campinas, S.P: Editora da UNICAMP, 1993. p. 7-16.
- ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.
- ENGELS, Friedrich. A "Contribuição à crítica da Economia Política" de Karl Marx. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, s.d. v.1, p.304-312.
- HOBSBAWN, Eric. Marx e a história. In: \_\_\_\_\_. **Sobre História: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 171-184.
- MACHADO, L. R. de S. **Politecnia, Escola Unitária e Trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.
- MANACORDA, M. A. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. Trad. de Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.
- MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. **Crítica da Educação e do Ensino**. Introdução e Notas de Roger Dangeville. Trad. Ana Maria Rabaça.

Lisboa: Morais Editora, 1978.

MARX, K. **O Capital**. Cap. XII Divisão do Trabalho na Manufatura (p. 386-422) . São Paulo: Difel, 1984a, Livro 1, vol. 1.

MARX, Karl. **O Capital**. Cap. XIII A Maquinaria e a Indústria Moderna (p. 423-579). São Paulo: Difel, 1984b, Livro 1, vol. 1.

MARX, Karl. Prefácio. In:\_\_\_\_\_. **Contribuição a Crítica da Economia Política**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 21-29.

MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia**. Trad. de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985. p. 101-119 (A metafísica da economia política).

MARX, Karl. Introdução à crítica da Economia Política. In:\_\_\_\_\_. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2.ed. Trad. de Maria Helena, Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 119-231.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. 5ed. Trad. de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1986. p.15-77.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Centro de documentação e Pesquisa Vergueiro, 1998.  
PAULO NETTO, José. Relendo a teoria marxista da historia. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luis (Orgs.). **História e História da Educação**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 1998. p. 50-64.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso João (org.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. **Poder Político e Educação de Elite**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2<sup>a</sup> ed., 1990.

**Recebido: 24/03/2006**

**Aprovado: 20/06/2006**



This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.